



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE LETRAS DALCÍDIO JURANDIR
LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA

ELENILSON COSTA BARBOSA

**A VERTENTE SOCIOLÓGICA COMO INSTRUMENTO
DESENCADEADOR DE DENÚNCIA SOCIAL NA OBRA “CAPITÃES DA
AREIA” DE JORGE AMADO**

ALTAMIRA – PA

2023

ELENILSON COSTA BARBOSA

**A VERTENTE SOCIOLÓGICA COMO INSTRUMENTO
DESENCADEADOR DE DENÚNCIA SOCIAL NA OBRA “CAPITÃES DA
AREIA” DE JORGE AMADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito obrigatório para aprovação no curso de Licenciatura em Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Jorge de Moraes Ferreira

ALTAMIRA – PA

2023

ELENILSON COSTA BARBOSA

**A VERTENTE SOCIOLÓGICA COMO INSTRUMENTO
DESENCADEADOR DE DENÚNCIA SOCIAL NA OBRA “CAPITÃES DA
AREIA” DE JORGE AMADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito obrigatório para aprovação no curso de Licenciatura em Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará; avaliada pela Comissão Examinadora composta pelos membros:

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Jorge de Moraes Ferreira
Orientador - UFPA

1º Examinador - UFPA

2º Examinador - UFPA

ALTAMIRA – PA

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e pela concretização deste sonho da graduação.

À minha família pelo apoio incondicional, em especial, meus pais Sebastião Furtado Barbosa e Maria Izuila Costa Barbosa, e minha noiva Amanda Leal Barros.

Aos professores do curso pelos ensinamentos compartilhados; especialmente, ao professor orientador Dr. Paulo Jorge de Moraes Ferreira agradeço imensamente, pela paciência e auxílio na realização deste trabalho.

Aos colegas e amigos de curso pelos momentos vividos.

A todos que fizeram parte da minha trajetória educacional desde o ensino básico, e que, somaram para que eu pudesse hoje, ser quem sou.

Gratidão!

RESUMO

Este estudo aborda questões sobre as formas de representação da marginalidade infantil na obra “Capitães da Areia” de Jorge Amado. Neste sentido, o objetivo foi investigar a questão da negação da infância expressa nessa obra literária. Capitães da Areia de Jorge Amado e, especificamente, analisar se a literatura estudada possui vertente sociológica como ferramenta de denúncia social, além de apresentar as experiências vivenciadas pelos personagens principais da obra e suas relações com a negação da infância e a segregação social; retratar, por meio do romance, as mazelas do povo baiano e a luta pelos seus direitos sociais. A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica, por meio do diálogo entre diferentes autores e a obra analisada. A análise revela a estigmatização das crianças moradoras de rua e a marginalização da pobreza denunciadas na obra amadiana, assim como a necessidade de algumas minorias sociais em criarem suas próprias subculturas.

Palavras-chave: Capitães de Areia. Marginalização Infantil. Ditadura Militar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1: OS RECORTES DO ROMANCE.....	10
1.1 A obra “Capitães de Areia” numa perspectiva social e a marginalização da infância.....	10
1.2 A concepção de infância retratada na obra.....	14
1.3 Movimento Regionalista de 1930 e denúncias das desigualdades apresentadas na obra....	17
CAPÍTULO 2: A INFLUÊNCIA DO PERÍODO MILITAR NA NEGAÇÃO DA INFÂNCIA E SEGREGAÇÃO SOCIAL.....	20
2.1 A percepção da obra de Jorge Amado na Ditadura Militar.....	20
2.2 Infância roubada pelo regime militar.....	21
CAPÍTULO 3: PANORAMA HISTÓRICO.....	24
3.1 Contextualizando o cenário atual, a partir da conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente e o processo de Redemocratização do Brasil.....	24
3.1.1 Menino 23: o nazismo brasileiro e o abandono de crianças.....	27
3.1.2 O Massacre da Candelária: a matança de inocentes.....	29
3.1.3 A Campanha da Fraternidade de 1987: a mobilização em prol da infância pobre e abandonada.....	30
3.1.4 O contexto atual da infância no Brasil.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

INTRODUÇÃO

Capitães de Areia é uma obra do escritor baiano Jorge Amado, publicada em 1937. Trata-se de um romance moderno de denúncia social com o tema centrado na miséria dos meninos de rua. Essa obra foi censurada pelo governo de Getúlio Vargas, e Jorge Amado foi preso durante o período da Ditadura Militar. Sendo um romance proletário, tem como o foco a condição humana e a crítica social. Narrado em terceira pessoa, a obra estudada apresenta um narrador onisciente, e a narrativa é construída a partir de notícias de jornal que falam sobre essas crianças que são um problema de criminalidade na cidade.

É do nosso conhecimento que a literatura vem sendo discutida por estudiosos há algum tempo, no intuito de promover reflexões acerca de sua importância na formação do leitor crítico. Nesse sentido, a literatura consiste em uma arte vinculada a diversos saberes que possibilita ao indivíduo vivenciar situações que contribuem para libertá-lo de fatos desconfortáveis e torná-lo mais humano. Portanto, a literatura serve de referencial indispensável para o desmascaramento da realidade, possibilitando ao homem o desenvolvimento da capacidade de ordenar os pensamentos e fomentar a sua visão do mundo. Segundo Candido, a literatura “[...] humaniza em sentido profundo porque faz viver” (2004, p. 176).

Este trabalho apresenta uma análise na obra “*Capitães da Areia*” de Jorge Amado, discorrendo sobre as formas de representação da marginalidade infantil na obra, enquanto instrumento de denúncia social, visando investigar como se processa a negação da infância e a segregação social na referida obra a partir das experiências vivenciadas pelos personagens principais que, apesar de estarem imersos em um ambiente degradante, dominam as cenas do enredo com heroísmo e desejo de superação.

Desse modo, busca-se, por meio desta pesquisa, responder a seguinte problemática: os fatores históricos e sociais apresentados na obra contribuem de fato para este processo de marginalização infantil?

Assim, este estudo concentrou-se em três etapas, que são: i) analisar se a literatura estudada possui vertente sociológica como ferramenta de denúncia social; ii) apresentar as experiências vivenciadas pelos personagens principais da obra e suas relações com a negação da infância e a segregação social; e iii) retratar, por meio do

romance, as mazelas do povo baiano e a luta pelos seus direitos sociais.

A relevância desta pesquisa está na necessidade de comprovar a importância de formar leitores literários capazes de relacionar o texto com o seu contexto e que possam ter uma visão de mundo, o qual tudo pode ser modificado, a partir do contato com o texto literário, cooperando na formação de bons leitores críticos.

Partindo do princípio, que Jorge Amado com sua capacidade de romancista problematiza um leque de ideias em “Capitães da Areia” que nos conduz e faz perceber a segregação social ancorada na infância roubada, no qual concluímos que a literatura, como um reflexo mimético do real, tem o poder de nos fazer questionar ou aprovar o que lemos, e assim, vivermos dialeticamente as aspirações da sociedade.

Para o estabelecimento da discussão acerca da temática, realizou-se uma pesquisa bibliográfica ancorada nas concepções de: Antonio Candido, Darcy Ribeiro, Alfredo Bosi, Neil Postman, Abdala Junior, Yves Reuter, dentre outros. A pesquisa busca possibilitar algumas reflexões que direcionaram para as seguintes considerações: o caráter de denúncia social da obra, as mazelas e o descaso social vivenciados pela população baiana, bem como o espaço, onde se desenrola as ações que constituem um contexto de negação da infância.

O método de investigação utilizado é o hipotético dedutivo que “inicia-se com um problema ou uma lacuna no conhecimento científico, passando pela formulação de hipóteses e por um processo de inferência dedutiva, o qual testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela referida hipótese”. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.32).

Nesse trabalho o método de procedimento a ser utilizado será o bibliográfico, já que de acordo com Gil (2008) este método nos permite conhecer diferentes reflexões realizadas sobre a temática abordada, nos proporcionando uma leitura crítica e reflexiva, por meio do diálogo com diferentes autores.

Quanto à natureza da pesquisa, utilizaremos uma abordagem qualitativa, que tem o processo e o significado como foco principal e permite o pesquisador ter o contato direto com o contexto da problemática elencada, além do mais, pesquisas dessa natureza são voltadas para a descrição, compreensão e interpretação do fenômeno. (SILVA, 2008).

Desta forma, o trabalho está organizado em capítulo, onde, a apresentação da obra segue, distribuída da seguinte forma: Primeiro capítulo partimos de recorte do romance; no Segundo, apresentamos o conceito de Ditadura Militar de 1964, que

expressam conflitos retratados na obra e no Terceiro e último capítulo o panorama histórico num contexto mais próximo de nós e, portanto, atualizado.

CAPÍTULO 1: OS RECORTES DO ROMANCE

1.1 A obra “Capitães de Areia” numa perspectiva social e a marginalização da infância

A análise de “Capitães da Areia” na perspectiva social possibilita reflexões acerca da necessidade de transformação da sociedade em meio a tantas injustiças e desigualdades que ainda estão presentes na atualidade. A obra evidencia os problemas sociais do menor abandonado e das diferenças de classe que gera pobreza, discriminação, abandono e criminalidade infantil cuja sociedade não busca meios para ajudar os jovens a se desviarem deste meio degradante.

Assim, Jorge Amado desmistifica a visão desse grupo, desconstruindo a ideia de que as pessoas que vivem na marginalidade são más. A partir desse contexto, ele apresenta a realidade e o porquê do roubo de crianças que foram abandonadas e passam fome. Com isso, ele proporciona um retrato revelador e sensível sobre um dos problemas sociais que até os dias de hoje afetam nosso país. Os menores de rua são vítimas de um sistema de violência que envolve o abandono e a miséria.

A obra de Jorge Amado nos apresenta o cotidiano e as peripécias de um grupo de meninos de rua. A partir do tema e do modo como ele expõe as aventuras, podemos destacá-lo como um romance de crítica social. O foco está nos personagens que o compõem, apresentando as reflexões e ações dos meninos abandonados. Essa é a grande importância e singularidade da obra, os meninos de rua são vistos como pessoas normais e não como pessoas maldosas. No fundo, eles são crianças e apesar de terem malícia, eles contêm certa pureza e sonhos.

Nesse sentido, focaremos nosso estudo no escritor Jorge Amado, cujo trabalho se fixa de uma representação do quadro social do Nordeste sem embelezar a condição de vida de seu povo, mas, mostrá-los como realmente são. O romance, pois, deve “[...] ‘objetivar’ o real e não se deixar mais levar pelas divagações das subjetividades. O ‘verdadeiro’ substitui o pitoresco [...]” (REUTER, 2004, p. 28).

Os capitães da areia, atores sociais do romance em análise, por pertencerem a classe social estigmatizada, eram julgados pela população dominante como um grupo de marginais que ameaçavam a paz da sociedade. A solução que o Estado encontrava era fundamentada em atos imprudentes que transformavam a conduta daqueles que buscavam a igualdade perante os demais cidadãos. A condição dos meninos em relação ao sistema ditatorial induz a

revolta do grupo e a sua união em busca de “viver a vida ardentemente”, mesmo com os riscos de serem presos e torturados.

Jorge Amado insere-se nesse panorama como um literato engajado cuja produção artística evidencia o desejo de transfigurar as aspirações de classes nos quais todos os cidadãos pudessem desfrutar dos mesmos direitos. Para tanto, fizemos uma leitura analítica do contexto biográfico do autor para adentrarmos seu universo literário abordando a empatia e aceitação da massa leitora quanto ao diverso leque de temas que a obra amadiana comporta.

Partindo desse ponto, explica-se quais as bases teóricas e políticas esse notável autor utilizou como guia para delinear as críticas sociais presentes em *Capitães da Areia*. A história conta as vivências de um grupo de crianças moradoras de rua que, abandonadas a própria sorte, cometem delitos buscando a sobrevivência. A obra é iniciada com diversas reportagens do jornal ficcional “Jornal da Tarde”, apontando como esse grupo era visto na capital baiana. Essas reportagens trazem notícias sobre os feitos desse grupo de crianças e jovens, além de cartas do Juiz de Menores, do chefe de polícia, do Padre José Pedro e de Maria Ricardina, a costureira. As cartas das últimas duas pessoas mencionadas apresentam denúncias aos abusos cometidos dentro do reformatório.

Contudo, diante da linearidade com que as cartas são apresentadas, principalmente após o que é dito pelo Juiz de Menores e o chefe de polícia, o citado jornal termina por reforçar os estigmas sofridos pelos *Capitães da Areia* e por todas as crianças e jovens que eram levadas a esse tipo de instituição. Embora ainda seja possível observar, nos tempos atuais, os abusos denunciados pelos personagens, estes eram muito mais evidentes no chamado período menorista. As crianças no aludido reformatório são tratadas como feras, essa é a verdade. Esqueceram a lição do suave mestre, sr. Redator, e em vez de conquistarem as crianças com bons tratos, fazem-nas mais revoltadas ainda com espancamentos seguidos e castigos físicos verdadeiramente desumanos. (AMADO, 2008). “Lá em cima, na Cidade Alta, os homens ricos e as mulheres queriam que os *Capitães da Areia* fossem para as prisões, para o reformatório, que era pior que as prisões.” (AMADO, 2008, p. 113).

O grupo ocupava um velho trapiche abandonado na cidade de Salvador, localizado próximo à praia, em um terreno de areia, e é isso que dá o nome ao grupo e a obra. Lá se encontravam mais de cinquenta crianças, que costumavam fazer o que fosse preciso para alimentarem-se e conseguirem o que vestir. Diferentemente dos demais grupos de jovens moradores de rua, os *Capitães da Areia* organizavam-se de forma quase hierárquica, com regras e costumes próprios, fortalecidos por um sentimento de cooperação entre os integrantes. “Ali estavam mais ou menos cinquenta crianças, sem pai, sem mãe, sem mestre.

Tinham de si apenas a liberdade de correr as ruas” (AMADO, 2008, p. 38).

A narrativa não apresenta um personagem principal. Ela se desenvolve com o foco no grupo dos Capitães da Areia como um todo, a partir das vivências de determinados personagens ao longo do período temporal que busca apresentar. Vale destacar que nenhuma data específica é mencionada na obra, contendo apenas dois marcos temporais: a morte do pai de Pedro Bala na greve das docas, que aconteceu na década de 1910, sem nenhuma precisão exata do ano, e a menção do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, o famoso Lampião, que percorreu os estados do Nordeste brasileiro entre as décadas de 1920 e 1930.

Ao comparar a personalidade dos integrantes do grupo, é possível perceber que cada um deles tem uma função específica nas atividades. Pedro Bala, um menino órfão que nunca chegou a conhecer seus pais, é considerado por todos o líder. Em dado momento ele descobre sobre o passado de seu pai, que fora um estivador morto durante a mencionada greve das docas. A Informação foi obtida por João de Adão, que além de ser um dos grevistas, apresenta ao jovem Bala algumas das causas da luta dos movimentos sociais. O personagem termina se tornando uma pessoa engajada nas causas sociais.

O Professor era um dos mais próximos a Bala, e o auxiliava no comando do grupo. Ganhou este apelido em razão de sua grande inteligência. Sabia ler e costumava exercitar a leitura durante a noite, mesmo com dificuldades para enxergar. Às vezes, lia livros para os outros integrantes do grupo. Também costumava fazer desenhos de pessoas nas ruas, com objetivo de conseguir algum dinheiro. Após a morte de Dora, resolve aceitar uma proposta que lhe foi oferecida, indo para o Rio de Janeiro, e se tornando um pintor famoso por suas obras.

O personagem chamado de Gato era assim apelidado por conta da sua vaidade. Buscava sempre vestir-se de forma elegante, mesmo com poucos recursos. Em certo momento da história, termina por se envolver com uma mulher chamada Dalva, que atuava como prostituta. Pirulito era o personagem religioso do grupo. Apesar de cometer delitos, tinha o sonho de entrar para o seminário. Em meio ao seu conflito interno e temor a Deus, resolve afastar-se do cometimento de crimes, buscando outros meios de adquirir dinheiro.

O Padre José Pedro, que sempre interviu em seu benefício, o ajudou na realização de seu sonho, o que o fez, de fato, iniciar seus estudos no meio religioso. João Grande era o personagem mais amigável, sendo respeitado por todos em razão da sua amabilidade e coragem. Volta-Seca tinha o sonho de se tornar cangaceiro. Admirador declarado do cangaceiro Lampião, dizia-se seu afilhado, e desejava entrar para o seu bando, o que, por fim, conseguiu. “Crianças que estudam para cangaceiro na escola da miséria e da exploração do

homem." (AMADO, 2008, p. 248).

Dora era a única menina do grupo. Aparece nele ao longo da narrativa, após sua mãe falecer durante a epidemia de varíola. Embora tenha entrado sem que a maioria quisesse, termina conquistando seu espaço, demonstrando sua coragem diante da situação de miserabilidade, além de mostrar empenho nas atividades desenvolvidas pelo grupo. Sem-Pernas é o personagem com características quase contraditórias. A sua condição física, que deu origem ao seu apelido, e os traumas vivenciados o tornaram um menino ríspido e distante, sem grandes demonstrações de afeto. Buscava ridicularizar os novos integrantes do grupo como forma de fuga de si mesmo. Internamento, contudo, sentia pena de si e de todos. Foi preso por policiais, certa feita, e agredido de forma humilhante, o que o perseguia até durante seu sono. Termina com o fim mais trágico, morrendo durante um momento em que estava sendo perseguido por policiais.

Um dos fatos narrados mais impactantes é o momento em que as crianças estão reunidas próximas a um carrossel. Dentro da obra, os Capitães da Areia apresentam estilos de vida muito distantes do que deveriam ser as experiências características dos primeiros momentos de vida.

A realidade cruel da miserabilidade não permite aos personagens o vislumbre da infância. Nas cenas do carrossel é evidenciado que os personagens não são adultos, mas sim crianças que precisam se portar como adultas para sobreviverem. É bastante marcante também a descrição do período vivenciado pelos jovens do velho trapiche durante o surto de varíola, doença que era chamada popularmente por “bexiga”. A partir desse contexto é que se insere a personagem Dora.

Durante a descrição dessa epidemia surgem diversas reflexões, como a precariedade do atendimento médico aos economicamente fragilizados, o estigma que a doença carregava, e a falta de assistência social às crianças que se tornavam órfãs. Os integrantes do grupo costumavam ser bem sucedidos em suas empreitadas delituosas. Um dia, contudo, durante a execução de um roubo, Pedro Bala e Dora são apreendidos e levados pela polícia. Bala é dirigido ao reformatório indicado no começo da obra, enquanto Dora é levada a um orfanato administrado por freiras. Durante a estada no reformatório, Pedro é maltratado e submetido a situações extremamente degradantes. Ambos conseguem ser resgatados, posteriormente, pelos Capitães da Areia. Dora, porém, volta ao trapiche sem a sua saúde perfeita, estando bastante fragilizada, e termina por falecer pouco tempo depois. A morte da única menina do grupo é um grande marco, e, a partir dela, começam algumas rupturas drásticas. Como é evidente, os acontecimentos históricos e políticos influenciaram Jorge Amado no modo como conduziu a

sua narrativa. E é por essas influências que a obra tem esse caráter social e atemporal.

A obra apresenta, na perspectiva dos jovens moradores de rua, como a sociedade e o Estado tratavam aqueles que eram marginalizados.

1.2 A concepção de infância retratada na obra

Na Idade Média, a criança era concebida como um adulto em miniatura, não havendo distinção no tocante às atividades dos adultos, compartilhando do lazer, trabalho e vestimenta de forma semelhante. Nessa época, a infância era caracterizada pela idade da imperfeição. Essa visão absorveu com um passar do tempo uma nova roupagem, a de um ser inacabado e carente, o qual necessitava de proteção.

Foi a partir do século XV que assistimos a uma nova formação de família e do comportamento estabelecido pela sociedade, ocorrendo, então, uma significativa transformação dos costumes. Surge então uma alteração do comportamento dos indivíduos. Essa nova mudança da sociedade trouxe a noção de pessoas civilizadas.

Dessa maneira, podemos dizer que a constituição da infância civilizada se fez em meio às alterações das funções sociais dos adultos, à racionalização das atitudes e à produção de expectativas sobre o lugar do futuro adulto. Quando os adultos foram deixando, aos poucos, de perceber a criança no seu presente como um “adulto em miniatura”, projetaram-na para o futuro, sendo a infância interpretada como um tempo de construção dos sentimentos da passagem do tempo e de elaboração da noção de previsibilidade (VEIGA, 2010, p. 26).

Neste sentido, ficou a cargo dos adultos prepararem as crianças, sujeitos carentes de proteção, para a vida futura, com o intuito de formar um ser pensante e apto às exigências da sociedade capitalista. Assim, a infância era concebida como um estatuto de incapacidade de tornar-se um homem de bem. Intensificando-se a consciência de que a perícia era um bem que deveria ser protegido, visando garantir o adulto responsável pela sociedade no futuro.

Percebemos que o conceito de infância está inter-relacionado com o de sujeito, sociedade e família em que ambas se firmam numa concepção que envolve questões político-ideológicas. Pois, é no cerne das práticas sociais que estas definições se transformam e torna-se objeto de investigação e reflexão, característico da modernidade. Assim, o cuidado com a criança envolve “[...] preparação e formação do homem adulto, ser normal, ser livre, independente e autônomo” (SMOLKA, 2002, p. 104).

O conceito de infância está intimamente ligado ao sistema de valores e aspirações de uma determinada sociedade. Seu surgimento está mediado de acordo com o surgimento do

conceito de indivíduo. Sendo então, a perícia um conceito socialmente produzido, variando no tempo e no espaço.

Para Kramer (2006), designa-se o ser humano na sua fase de criança por ser divergente do adulto em relação à idade, ao nível de maturidade, bem como a bagagem de integração social. Esse último tem domínio de suas ações, pois, sabe comportar-se em diversos ambientes de acordo com a convenção social. Já a criança se expressa como ela é, pois são de sua natureza a sinceridade e a originalidade. “A infância é, antes de tudo, um estado físico. São diferentes pela fisionomia, pelas expressões” (BOTO, 2002, p. 46).

Sabemos que as compreensões quanto ao termo infância vem mudando ao longo dos tempos. Haja vista, que este depende da cultura familiar na qual a criança está inserida, e sabemos que esta se encontra em constante transformação. Dessa forma, o conceito do sentimento de infância esta relacionado com as mudanças ocorridas na sociedade (KRAMER, 2006).

A ideia contemporânea de infância, como categoria social, emergiu com a modernidade, nela, suas concepções são moldadas, em diferentes períodos, de acordo com a convenção social, político, econômico e cultural. No entanto, foram introduzidos novos padrões sociais impostos pelas novas forças de produção do capital.

O sistema de modernização do país influencia os padrões de vida da sociedade, dividindo-a em níveis diferentes. Assim, uma criança que logo cedo se depara com responsabilidades de ajudar no capital da família, acaba se tornando responsável e a desempenhar um papel de adulto, ainda em sua fase infantil.

Dessa maneira, as crianças não têm tempo nem oportunidade de viver sua infância, pois cedo aprendem com as dificuldades, a sobreviverem nas ruas, com seus pais ou outras de sua mesma condição social. Dessa forma, elas não pensam e não agem como tais, mas são obrigadas a se comportarem como pequenos adultos. O que pode ser observado na maneira como falam e agem.

Passamos a falar da infância roubada das crianças que se encontram nas ruas, sujeitas à delinquência, por falta de oportunidade para desfrutar dos benefícios do sistema capitalista que só favorece a classe alta e desumaniza a classe baixa. Essas crianças assumem responsabilidades de adulto, por falta do convívio com a família, seja por orfandade ou por abandono. Muitas se entregam aos maus hábitos das ruas sendo temidas como ameaça a paz social.

Foi a partir desta consciência que foram criadas as casas de apoio para delinquentes, cuja principal função seria cuidar da moral ou reeducação das crianças já viciadas da

“vagabundagem e da mendicância das ruas meio pernicioso do vício, do crime e da perdição, porque o espírito infantil é aí presa das sugestões do mal, das solicitações da miséria, dos infortúnios do abandono de pais pobres ou indignos” (KUHLMANN JUNIOR, 2005, p. 234).

Nesse tipo de instituição só os pobres eram internados. Diante desta consciência, a visão da sociedade, bem como o poder público, era de conceber a criança como um ser desprovido de quaisquer direito. Não havia um tratamento assistencial adequado às crianças pobres e órfãs, pois elas eram tratadas como produto da pobreza. Isso, “[...] evidencia a representação da infância pobre como delinquente em potencial. Mal alimentados e educados, no convívio das tabernas ou lupanares, não têm os primeiros exemplos de moralidade e se iniciam nas práticas dos crimes” (KUHLMANN JUNIOR, 2005, p. 235).

Independente da sua condição social, a criança depende do adulto para protegê-la. O que Kramer, reforça é que “[...] a dependência da criança frente ao adulto é uma característica social da infância que está presente, de uma forma ou de outra, nas diversas classes sociais que seja a organização da sociedade” (2006, p. 22).

No entanto, o que vemos são crianças vivendo nas ruas sem lar nem família. Como ter proteção, se encontram lutando como pequenos homens para ter o pão de cada dia e aprendendo com o adulto, nas ruas, a criminalidade e a bandidagem? Pois, os crimes cometidos pelos jovens da atualidade não perdem nem na brutalidade nem na frequência para os crimes praticados pelos adultos.

Percebemos que a infância para esses crianças praticamente inexistente. Pois, as crianças da Modernidade acabam sendo influenciadas pelo contexto social, a desempenharem funções que seriam desenvolvidas em um nível de maturidade maior, acelerando sua idade adulta. Nessa perspectiva, “[...] a maioria dos delinquentes seria produto do ambiente familiar e social” (KUHLMANN JUNIOR, 2005, p.271).

A partir dessa visão, podemos enfatizar que o ambiente e a própria sociedade contribuem na modificação do comportamento dos indivíduos e por pensarmos dessa forma, abordaremos no capítulo seguinte a segunda Geração Modernista uma tendência literária empenhada em retratar o contexto de um país pobre em que a desigualdade é desvelada pelo fazer artístico de autores dessa época.

A marginalização social foi, e é, a maior limitação que as crianças e os jovens em situação semelhante a dos Capitães da Areia enfrentam na luta diária. A necessidade de manutenção da vida pelas ruas da cidade fez com que os meninos que viviam naquele velho trapiche em Salvador se adaptassem e se acostumassem a viver como verdadeiros adultos,

mesmo ainda tendo os anseios e sonhos de crianças. Os vícios, vida sexual ativa e a necessidade de buscar seus próprios meios de sobrevivência, transformaram, paulatinamente, cada um dos personagens criados por Jorge Amado, os colocando em situações nada usuais, seja para adultos ou crianças. Durante a narrativa, a existência dos traços de anseios juvenis nesses jovens meninos é notável, o que auxilia o leitor a não perder de vista que não era uma história representando a vida de adultos, mas sim de crianças que precisavam se portar como adultos.

1.3 Movimento Regionalista de 1930 e denúncias das desigualdades apresentadas na obra

Jorge Amado, um autor engajado no Movimento Regionalista de 1930, escreveu a obra “Capitães de Areia” com o intuito de denunciar as desigualdades existentes, “[...] a classe social e a posição política tornam-se os princípios ordenadores da identidade” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2006, p. 213).

No decênio de 1930, o Brasil vivia um momento conturbado, em que se tomava consciência da chamada luta de classes, durante a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Essa luta de classes também é retratada na literatura, pois nela os autores buscavam através da mimese da vida trazer a tona às atrocidades que a população marginalizada vivia na sociedade.

Nessa época, a visão ufanista, arraigada desde os primórdios da estética romântica, entrou em desuso dando lugar a evidência de um país atrasado, subdesenvolvido, em que “[...] destaca-se a pobreza atual, a atrofia; o que falta não o que sobra” (CANDIDO, 1989, p.140). Nesse contexto, de tomada de consciência do subdesenvolvimento, o romance ganhou repercussão pelo seu caráter regionalista, porém com uma visão crítica predominante. Assim, a literatura era vista como representação da realidade, mas com um sentido crítico mais forte, apresentando o seu caráter social. “Trata-se, portanto, de uma literatura que procura representar a realidade de forma realista, mas com um sentido crítico muito aguçado, visando a transformá-la em suas estruturas sociais” (ABDALA JUNIOR, 1993, p.11).

Segundo Candido a partir de 30, o romance ganhou “amplificação” e consolidação, pois, surgiu com uma visão diferente do seu período precursor. Houve uma radicalização “[...] do gosto e também das ideias políticas” (1989, p. 204). Surgiu então, um grupo de autores despreocupados com a linguagem literária, afastando-se da tradição que obedecia à

linguagem culta e erudita, construindo então uma “nova maneira de escrever”.

Neste sentido, o romance escrito na segunda fase modernista, compreendido como literatura regionalista, retrata questões ideológicas, com o intuito de transgredir as ordens estabelecidas pela sociedade vigente, em que as personagens são tipos sociais representantes do povo desfavorecido. Dessa forma, ao lermos as obras do século XIX, percebemos o teor ideológico nas palavras do escritor que nos descreve tal qual somos e fazendo uma relação mimética, o romancista expõem o desnudamento da sociedade na qual estamos inseridos.

Neste contexto, podemos inserir o escritor Jorge Amado que retratou as injustiças cometidas à classe pobre, revelando um cenário marcado pela “[...] divisão entre ricos e pobres no Brasil” (ROSSI, 2009, p. 28). Percebemos que, apesar do autor mostrar cenas que provocam comoção, ele o fez de forma lírica, mostrando a beleza do seu fazer artístico.

De acordo com Abdala Junior, “Capitães da Areia” pertence a uma fase que “[...] representa aquela que poderíamos designar como a primeira fase da ficção de Jorge Amado: o romance proletário” (1993, p. 32). Publicado em 1937, no período do Estado Novo, trata-se do primeiro romance brasileiro que traz a tona a vida dos meninos que “[...] encontravam na “aventura da liberdade nas ruas” e na união do grupo meios de restituir os bens e os afetos que a orfandade lhes negava” (ROSSI, 2009, p. 27).

Este livro teve sua primeira edição apreendida e queimada em praça pública na cidade da Bahia, especificamente em Salvador, por decreto de Getúlio Vargas, com o argumento de que a obra estava propagando e expandindo o comunismo. Sobre essa época, Darcy Ribeiro enfatiza: “Jorge foi, ao que eu saiba, o romancista que teve mais livros seus apreendidos pela polícia, proibidos pelo Estado Novo. Também foi o intelectual mais persistentemente perseguido por sua militância comunista e por seu prestígio” (1995, p. 27).

“Capitães da Areia” sendo um romance que retrata as vidas de um grupo de crianças e adolescentes marginais e órfãos que viviam à mercê da sociedade, por meio da Crítica Social e Desigualdade, “Capitães da Areia” aborda as condições de pobreza, marginalização e desigualdade social enfrentadas pelos personagens. O período militar de 1964 também foi marcado por profundas desigualdades sociais no Brasil, com políticas econômicas que frequentemente beneficiavam os setores mais ricos em detrimento dos mais pobres.

Além disso, podemos associar a Repressão e Autoritarismo, o regime militar foi caracterizado por um governo autoritário e repressivo. O livro aborda questões como a falta de liberdade e o controle sobre a população marginalizada, enquanto o período militar restringiu as liberdades civis e políticas em todo o país. A Infância Marginalizada, é outro aspecto em comum, assim como os protagonistas crianças e adolescentes e marginalizados

de “Capitães da Areia”, o livro pode ser lido como um retrato da resistência de crianças e adolescentes contra as adversidades, uma temática que também se relaciona com o contexto dos anos de ditadura.

A Censura e Repressão Cultural, também é uma característica de relação, durante os anos de ditadura militar, houve censura e repressão das expressões culturais que eram consideradas subversivas ou contrárias ao regime. “Capitães da Areia” enfrentou censura e foi proibido em algumas ocasiões devido ao seu conteúdo considerado "inadequado" pelas autoridades. E, a Crítica à Ordem Estabelecida, tanto a obra de Jorge Amado quanto muitas vozes dissidentes durante o período militar questionaram a ordem social e política vigente. "Capitães da Areia" desafia as normas sociais e oferece uma perspectiva crítica sobre a sociedade, assim como muitos críticos do regime militar buscaram desafiar a ordem imposta.

Portanto, a obra de Jorge Amado “Capitães da Areia” e o período militar de 1964 no Brasil estão conectados através dos temas expostos e ambos refletem a complexidade das relações sociais, políticas e culturais da época, desta forma descrevemos a seguir esse período marcado por uma série de características e eventos que tiveram um profundo impacto na sociedade, na política e na cultura do país, fazendo assim um percurso histórico, relacionando com o romance e dando seguimento para o capítulo subsequente.

CAPÍTULO 2: A INFLUÊNCIA DO PERÍODO MILITAR NA NEGAÇÃO DA INFÂNCIA E SEGREGAÇÃO SOCIAL

2.1 A percepção da obra de Jorge Amado na Ditadura Militar

O regime político militar decretou a censura prévia a todos os veículos de comunicação em território nacional, assim o Brasil passou a viver um verdadeiro clima de terror. Dessa forma, os meios culturais como romance, teatro, música e poesia eram mantidos sob controle. O produto cultural só era liberado para a sociedade se os sensores o julgassem inofensivo ao sistema político.

Apesar de toda essa repressão, os militares não intimidavam os escritores que se exilavam e continuavam escrevendo, como é o caso de Jorge Amado, que aproveitou o período do exílio para escrever. “Capitães da Areia”, não ficou censurado por muito tempo; no final do Estado Novo em 1944, foi lançada sua segunda edição. Desde então, um dos romances mais vendidos do autor, marco da literatura brasileira, pelo seu caráter realista.

O realismo crítico do autor nos leva a refletir sobre os problemas sociais mais marcantes, os quais ainda nos deparamos nos dias atuais, e nos possibilita perceber que Amado, assim como os demais autores Neorrealistas, não escreviam apenas movidos pelo prazer artístico, mas sim, para “[...] conscientizar o leitor de problemas reais de seu tempo. O romance é para eles, pois, de intervenção social: o objetivo era criticar ou denunciar um problema social para contribuir para sua solução”(ABDALA JUNIOR, 1993, p.11).

Esse olhar crítico à obra nos é possível a partir do momento em que temos uma intimidade com o material literário do autor e com sua biografia. Pois, ao analisarmos uma obra temos que levar em consideração seu criador, a criatura e o contexto, conforme Candido (2010) enfatiza que a análise de uma obra literária só pode ser compreendida a partir do momento em que fundimos o texto ao contexto. Dessa forma, o social que parte da nossa realidade torna-se interno da obra.

Candido compreende que a arte é social em dois sentidos: primeiro, depende da ação de diversos fatores e segundo ela produz um efeito prático sobre os indivíduos modificando suas concepções, bem como seus valores sociais: “A função social [...] comporta o papel que a obra desempenha no estabelecimento de relações sociais, na satisfação de necessidades espirituais e materiais, na manutenção ou mudança de uma certa ordem na sociedade” (CANDIDO, 2010, p. 55).

No fazer artístico de um texto literário, o ambiente é o espaço “carregado de

características socioeconômicas, morais e psicológicas em que vivem as personagens” (GANCHO, 2006, p. 27). Neste sentido, ele tem a função de situar as personagens no tempo, no espaço e no grupo social no qual vivem. No caso de “Capitães da Areia”, o ambiente está em constante embate com as personagens, se opondo a elas e estabelecendo um conflito, “[...] no qual o ambiente burguês e preconceituoso se choca constantemente com os heróis da história” (GANCHO, 2006, p. 28).

O espaço mantém uma ligação com as personagens, situando suas ações e estabelecendo uma interação, “[...] quer influenciando suas atitudes, pensamento ou emoções” (GANCHO, 2006, p. 27). Em “Capitães da Areia”, o espaço é subdividido em cidade “alta” e “baixa”, sendo que os meninos habitam a parte baixa enquanto que a população rica ocupa a parte alta, o que demonstra as desigualdades existentes entre a população baiana. “Lá em baixo, nas docas, João de Adão queria acabar com os ricos, fazer tudo igual, dar escola aos meninos” (AMADO, 2008, p.108). Para tanto, o narrador se vale do próprio lugar onde suas personagens habitam um ambiente sujo, infestado por ratos que caracteriza a condição de abandono, de pobreza e de infância roubada.

Dessa forma, a obra literária constitui uma ferramenta, de forma direta ou indireta, voltada para a transformação da sociedade quando o romancista preocupa-se com as mazelas sociais, e a obra amadiana comporta um rico material da vida social da Bahia, seu povo, seus costumes e sua língua.

2.2 Infância roubada pelo regime militar

Os Capitães da Areia são classificados, de modo geral, como problemas sociais, ladrões e inimigos da paz urbana. É importante observar que esses estigmas são disseminados não somente pelo desinteresse do Estado em resguardar a dignidade mínima do povo, mas também, em alguns casos, a partir das rotulações provenientes de membros de instituições religiosas.

A ditadura militar acarretou radical mudança na política brasileira e nos países da região que acabaram também por implantar ditaduras similares. A repressão atingiu as forças populares organizadas, sobretudo sindicalistas, camponeses, estudantes, professores, intelectuais e artistas. Um número incalculável foi preso, exilado ou passou a viver na clandestinidade

Segundo o site g1.com (2019), pelo menos 19 crianças foram sequestradas e adotadas ilegalmente por famílias de militares ou famílias ligadas às Forças Armadas durante a

Ditadura Militar do Brasil, que ocorreu entre os anos de 1964 à 1985.

De acordo com a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" (2014), crianças e adolescentes filhos de perseguidos políticos foram desaparecidos durante o período autoritário. Mesmo com tantas dúvidas, não deveriam comentar nada com ninguém. Cresceram à sombra do medo, angustiados pela incerteza e expectativa de reaparecimento do pai ou da mãe ou de ambos. Viveram dias, meses, e depois, anos à espera deles.

Ainda segundo a Comissão supracitada, houve militantes políticas, mães e/ou grávidas que foram sequestradas, torturadas, bem como crianças que também sofreram os efeitos perversos da atuação dos órgãos públicos voltados para a repressão política. Muitas crianças, filhas de militantes políticas(os) sequestradas(os), foram mantidas em cárceres clandestinos, nascidas em cativeiros, torturadas ou ameaçadas de serem submetidas a torturas, algumas foram arrancadas dos braços de suas mães, impedidas de serem amamentadas e afagadas, outras chegaram a ser torturadas mesmo antes de nascer, ou assistiram às torturas em seus pais ou, então, viram os pais serem assassinados. Quase todas eram filhas e filhos de mulheres militantes políticas. Crianças também nasceram em cativeiro. Algumas crianças puderam ir com suas mães para o exílio, mas houve aquelas cujas mães partiram sozinhas sem que seus filhos pudessem ir por questões econômicas ou de segurança. Outras crianças nunca sequer conheceram os pais. O absurdo da ditadura produziu, ainda, o absurdo de prender e banir crianças, fichando-as como subversivas, considerado-as "perigosas à segurança nacional" (DIANA, p. 32, 2007).

O Dossiê Ditadura (2009) apresenta que, houve crianças que foram torturadas para forçar seus pais a denunciarem outros companheiros; pais foram assassinados diante de seus filhos. A ignomínia de crianças nascidas de estupros praticados por agentes do Estado existiu, ainda que não se toque nesse assunto, presas políticas foram insultadas em sua dignidade e violentadas nos chamados DOI-CODIs (Destacamento de Operações e de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), e outros centros de tortura. Militantes ou esposas de militantes, grávidas, foram vítimas do aborto forçado, praticado por agentes policiais dos DOI-CODIs.

Ainda nos dias atuais, as militantes que sobreviveram não se sentem fortalecidas e com garantias para denunciar os torturadores/estupradores e ver a apuração de tais crimes. Há uma ausência de ações políticas no sentido de oferecer oportunidade para uma narrativa pública sobre o estupro cometido dentro de órgãos policiais. Não vamos aqui descrever os casos, mas não podemos deixar de reconhecer sua existência. Registrar que houve o estupro como prática de tortura nos órgãos de repressão durante a ditadura militar é o começo para

desvelar os horrores cometidos contra as mulheres durante a ditadura (TESCARI, 2005).

A maternidade foi usada, das mais diversas formas, pela repressão política como meio de tortura, para enlouquecer e aniquilar militantes, o que acarretou uma sobrecarga pesada do ponto de vista emocional e físico, de forma especial, às crianças e às mulheres, que, ao serem violentamente reprimidas por sua militância de contestação à ditadura, ou por serem filhas de militantes, eram submetidas às mais vis torturas, sejam psicológicas ou físicas, por serem mães e terem seus filhos pequenos, ou simplesmente porque eram crianças, filhas de “comunistas”.

As crianças que viviam na clandestinidade, de um modo geral, moravam nos “aparelhos” que poderiam ser invadidos, vasculhados e sequestrados os que ali se encontravam, pelos agentes dos órgãos de repressão. A perseguição policial, ora velada, ora aberta, era constante na vida da militância. O risco era permanente. As crianças, na sua maioria, precisavam ter nomes falsos. Não sabiam o verdadeiro nome de seus pais por questão de segurança (ROSA, 2013).

Criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em 2013, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” realizou um ciclo de audiências públicas, convocando dezenas de pessoas a darem seus depoimentos sobre a ditadura no Brasil. Foram ouvidos filhos de presos políticos, de militantes assassinados ou de pessoas que, ainda hoje, estão desaparecidas. Muitos daqueles que narraram suas histórias eram crianças à época e nunca haviam levado à público seu relato pessoal.

O período da ditadura militar é um marco na história da luta pelos direitos das crianças no Brasil, sendo conhecido por maior controle estatal na vida das crianças, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social. Em 1964, foi criada a Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) para institucionalização de crianças abandonadas e “menores infratores”. A denominada “questão do menor” foi um alvo frequente de intervenções do Estado com base na Doutrina de Segurança Nacional e na Doutrina da Situação Irregular. Em 1979, o Brasil promulgou o novo Código de Proteção dos Menores, integrando a doutrina de proteção integral.

CAPÍTULO 3: PANORAMA HISTÓRICO

3.1 Contextualizando o cenário atual, a partir da conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente e o processo de Redemocratização do Brasil

O livro “Capitães da Areia” de Jorge Amado foi produzido em um contexto histórico consideravelmente diferente da conjuntura atual. A legislação que vigorava outrora não é a mesma que está atualmente vigente. Contudo, os relatos que constam no romance, inspirados na realidade dos jovens e crianças da época, ainda são muito perceptíveis. A atemporalidade que marca esta ficção retrata um aspecto muito importante da literatura ficcional. Enquanto esta se mantém muito mais próxima da realidade, a legislação, também considerada como um texto literário, se delimita em estabelecer o dever-ser. Isto quer dizer que, por mais que a legislação atual tenha surgido posteriormente, num contexto histórico mais próximo dos progressos legislativos adquiridos no fim do século XX, o livro em questão está muito mais próximo das vivências e realidades das crianças que moram nas ruas do país do que o que diz o direito atualmente. Por mais que já existam as medidas provenientes da proteção integral à criança e ao adolescente em situação de risco, eles ainda são vistos como “(...) bando de delinquentes que amedrontam a cidade e impede que ela viva sossegadamente.” (AMADO, 2008, p. 21).

A década de 1980 marca um período de conquistas, a partir de uma movimentação internacional em defesa dos direitos da infância e de movimentos sociais no Brasil que se opunham ao regime autoritário militar, em defesa da democracia, temos a Promulgação da Constituição de 1988 que contempla a criança como um sujeito de direitos. Com intuito de reafirmar e garantir os direitos das crianças, temos a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta lei versa sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, contemplando questões referentes aos aspectos físicos, sociais, morais e culturais em condições de liberdade e dignidade. Assim as crianças são consideradas como pessoas de direitos, que incluem os direitos fundamentais como: direito à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2008, p.14).

Na Constituição de 1988 e no ECA (1990) há um reconhecimento legal sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, assim inaugura-se uma nova forma de pensar a infância. A cada dia o conceito passa a receber inúmeras influências e referências de diferentes pesquisas, sobretudo, aquelas vinculadas a Sociologia da Infância.

O Princípio do melhor Interesse da Criança e do Adolescente está previsto no artigo 227, caput da Constituição Federal de 1988, e no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 1990, em seus artigos 4º, caput, e 6º.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

O caput do artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente especifica quais as políticas públicas que devem ser efetivadas, visando alcançar a garantia constitucional de absoluta prioridade, enquanto o artigo 6º classificam criança e o adolescente como sendo pessoas em desenvolvimento, que têm garantido, de forma absolutamente prioritária, o seu melhor interesse.

Ressalta-se que tal princípio já estava previsto na Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU em 1959, que, em suma, determinava que todas as ações relativas às crianças deviam considerar, especialmente, o interesse maior da criança (ROSEMBERG & MARIANO, 2010). Destarte, percebe-se que o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente possui status de direito fundamental, portanto deve ser observado pela sociedade como um todo, incluindo-se aí o Estado, os pais, a família, os magistrados, os professores, enfim, por todos (TEPEDINO, 2002).

E ainda, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 70 sustenta:

Art. 70 É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Sobre o artigo exposto, Barros e Benitez (2014) discorrem, que, no Brasil, onde se percebe claramente a violação de tantos direitos sociais, garantias fundamentais, econômicos e culturais, é necessário proteger as crianças e adolescente que estão na fase de desenvolvimento de sua personalidade e precisam de maiores cuidados.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado. O ECA prevê a integração operacional dos órgãos e instituições públicas e entidades da sociedade civil, visando à

proteção, à responsabilização por ação ou omissão de violação dos direitos, à aplicação dos instrumentos postulados pelo sistema e à interação entre os atores desse sistema.

Para Kuhlmann Junior (2007), o dicionário da língua portuguesa e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) apresentam a infância enquanto um período de crescimento do ser humano, que vai do nascimento até a puberdade. Ela afirma ainda que a “infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda a sociedade tem seus sistemas de classes de idade e cada uma delas é associada um sistema de status e papel” (KUHLMANN JUNIOR, 2007, p. 21). Em linhas gerais percebemos que as concepções de infância se centraram em questões relacionadas ao brincar, a interação com o mundo e com o outro e aos direitos das crianças, que precisam ser garantidos.

Foi durante os debates que procederam a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente que os Conselhos Tutelares surgiram com a finalidade de desjudicializar as questões relativas aos menores que, até a aprovação do estatuto se encontravam entregue ao Poder Judiciário com uma excessiva concentração de poderes nas mãos dos chamados juizes de menores. Conforme definiu a Lei Federal nº 8.069/90 (ECA), “o Conselho Tutelar é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, definidos em Lei”.

Importante destacar que a designação dos Conselhos Tutelares é zelar pelo cumprimento dos direitos da população infanto-juvenil, sendo que este encargo social fiscalize se a família, a comunidade, a sociedade em geral e o Poder Público estão assegurando com absoluta prioridade a efetivação de seus direitos, fazendo com que haja uma observância de todos os preceitos existentes no Estatuto, bem como na Constituição Federal.

Elencadas no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente as atribuições do Conselho Tutelar compreendem um quadro muito amplo, pois os conselheiros cumprem um papel relevante servindo de intermediário entre a sociedade e o Poder Público no que se refere ao cumprimento do ECA, tendo inclusive poderes para “requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança” (artigo 136, inciso III, alíneas a e b, da Lei 8.069/90) e ainda devem fiscalizar as entidades públicas e privadas que se dedicam ao atendimento à infância e juventude.

Malta (2002) aborda que, é importante salientar que todas as necessidades das crianças e dos adolescentes devem ser atendidas junto à família, à sociedade e ao Estado e não junto ao Conselho Tutelar, que só será chamado a atuar quando quem tinha a obrigação de cumprir, seu dever e não fez, ou fez de forma irregular. Assim, sendo desrespeitado ou não havendo o

cumprimento dos direitos da criança e do adolescente é que o Conselho Tutelar atuará, fiscalizando e zelando para que exista um eficiente funcionamento do Sistema de Proteção Integral.

Cumprir destacar que todo Município, por lei é obrigado a ter pelo menos um Conselho Tutelar, porém, nos municípios em que este órgão não for instalado, as notificações dos casos suspeitos ou detectados de imprudência, negligência ou imperícia, deverão ser encaminhados à autoridade judiciária, Juizado da Infância e da Juventude, Vara da Família ou Ministério Público, conforme o artigo 262 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Portanto, fica claro de que para que exista uma maior efetivação do Conselho Tutelar, bem como uma aplicação imediata do ECA necessário se faz uma atuação em conjunto da sociedade, da família e do Poder Público para que juntos possam fazer valer todos os direitos e deveres dessa parcela da população, ficando demonstrado de que os Conselhos Tutelares constituem-se no maior e mais direto instrumento de participação da comunidade na efetivação dos princípios de cidadania existentes na Constituição Federal de 1988 (BARROS & BENITEZ, 2014).

Porém, antes da conquista do ECA, alguns acontecimentos históricos ficaram marcados pela severidade e requintes de crueldade para com as crianças. Um destes episódios fora descrito anteriormente, onde apresento as bárbaries sofridas pelas crianças desde o ventre de suas mães no período da Ditadura Militar. Mas, antes mesmo deste evento, o nazismo brasileiro também marca uma trajetória de destruição da infância, onde crianças eram submetidas à tortura.

3.1.1 Menino 23: o nazismo brasileiro e o abandono de crianças

O documentário brasileiro “Menino 23: Infâncias Perdidas no Brasil” (direção de Belisario Franca, 2016), que se apoiou na pesquisa de doutoramento do professor Sidney Aguilar Filho intitulada “Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930- 1945)”, discorre sobre o nazismo e integralismo em episódio de abandono de crianças negras na história da educação brasileira.

A pesquisa de Aguilar Filho (2011) localiza-se no campo da História da Educação e teve como interesse a história de vida de meninos negros que saíram do Educandário Romão de Mattos Duarte (Irmandade de Misericórdia do RJ) sob a guarda do Juizado de Menores do Distrito Federal entre 1930 e 1945 e foram levados para uma fazenda no município de Campina do Monte Alegre (SP). Durante uma década foram submetidos a brevíssima

escolaridade e jornada de trabalho longas e não remuneradas, situação respaldada, em plena república, pelo Código do Menor de 1927 e pelo artigo 138 da Constituição de 1934 que permitiram a segregação “legal” desses meninos e adolescentes, submetidos a cárcere e a castigos físicos. Esse evento é mais um fato que traz a tona o episódio histórico do racismo na sociedade brasileira, reforçado sob argumentos da pseudociência pretensamente moderna.

Com o andamento de sua pesquisa, apurou que não apenas tijolos eram marcados com a suástica nazista, mas também o gado, documentos, bandeiras, todo tipo de objeto encontrado no complexo de fazendas Cruzeiro do Sul, propriedade de Sergio Rocha Miranda. Seus herdeiros Otávio, Osvaldo e Renato Rocha Miranda compuseram a “Câmara dos Quarenta”, o órgão superior da Ação Integralista Brasileira (AIB), tendo como líder Plínio Salgado que se referia a Renato como amigo. “Havia, portanto, uma história a ser explicada que envolvia crianças desamparadas, orfanato católico, integralismo, nazismo, membros das elites econômicas e intelectuais da política nacional” (AGUILAR FILHO, 2011, p.14).

É preciso compreender o contexto histórico que possibilitou a segregação dessas crianças negras nas fazendas dos integralistas no Estado de São Paulo em pleno século XX. Ressalta-se que o século XIX, especialmente na segunda metade dele, as teorias racistas ganharam espaço enquanto ideologia capaz de unificar a nação e seu mercado. Isso foi possível até mesmo no Brasil, num contexto onde a legislação se alterava favoravelmente aos negros, um exemplo foi a instituição da Lei do Ventre Livre de 1871. No entanto, de acordo com Oliveira (2016), na medida em que as crianças negras cresciam livres, não havia instituições que as tutelassem, cuidando de sua educação até que pudessem viver por conta própria, o que existia eram poucas iniciativas governamentais e de setores privados, mas que nunca foram universalizadas, estabelecendo-se a situação de abandono da infância negra livre, desde a adoção daquela lei.

Os teóricos raciais do século XIX, buscaram se contrapor à visão dos iluministas do século XVIII, que defendiam olhar a humanidade de forma unitária, destacando-se nesse último grupo a literatura de Jacques Rousseau. Nesse embate de forças, predominou o primeiro grupo que buscou correlacionar rigidamente o patrimônio genético dos humanos, suas aptidões intelectuais e as inclinações morais, chamada de corrente poligenista (SCHWARCZ, 1993).

Meninos “lançados à própria sorte” essas palavras expressam com clareza a experiência relatada por Aguilar Filho (2011) em sua tese de doutoramento e brilhantemente contada pelo olhar do diretor de cinema Belisario Franca ao transpor a pesquisa acadêmica para as lentes de uma câmera.

Aguilar Filho (2011) em sua pesquisa conseguiu localizar apenas dois sobreviventes do triste episódio histórico que envolveu o nazismo e o integralismo no Brasil, além de Aloysio também obteve o depoimento do senhor Argemiro dos Santos. Também chegou a história de José Alves de Almeida (o “Dois”), por meio do encontro com as memórias de sua família, descrito pelo próprio filho como “uma Xica da Silva homem”.

O documentário histórico é um retrato de como a elite brasileira tradicionalmente dispensou qualquer limites ou escrúpulos na sua sanha de fazer fortuna e poder, ao retratar essa história no contexto dos anos de 1930, mostra coesão entre a aceitação das políticas de eugenia e a aproximação ao fascismo europeu nas terras tupiniquins, como afirma Filho (2011).

Refletir sobre o histórico abandono da infância no Brasil joga luz sobre a realidade presente como compreender o fato de que negros são maioria nas prisões e nas periferias pobres dos grandes centros. É preciso discutir a questão racial em diferentes âmbitos, sejam escolares ou não, utilizando-se de diversos meios de comunicação.

3.1.2 O Massacre da Candelária: a matança de inocentes

Outro momento de profundo pesar, ocorreu já mais recentemente, em 1993, chamado de o “Massacre da Candelária”. Na madrugada de 23 de julho de 1993, um grupo de homens encapuzados dispararam suas armas em crianças e adolescentes que dormiam nas mediações da igreja da Candelária, no centro do Rio, matando sete deles, conforme descreve o Jornal “O Globo”.

No dia seguinte, o fato foi manchete nos principais veículos de comunicação jornalísticos do país. Praticamente todos descreveram o crime como uma “chacina”, assassinato coletivo e premeditado. O acontecimento teve repercussão internacional imediata e acabou se tornando um exemplo histórico de violência e desrespeito aos direitos humanos. Como todo acontecimento exemplar, a Chacina da Candelária tem sido, desde o seu acontecimento, citado e lembrado em diferentes ocasiões (LOPES, 1994).

As mortes ocorridas na Candelária foram construídas como um fato de violência cruel, justamente porque envolveu crianças, símbolo de inocência. Ainda que se tratasse de “infratores”, a narrativa jornalísticas não tentou, no primeiro momento, culpabilizar os garotos, ao contrário tendeu a apresentá-los vítimas. Nas primeiras matérias, foram apresentados depoimentos de sobreviventes que acusavam policiais militares de terem matado por vingança. Especulou-se também que os crimes teriam ocorrido a mando de comerciantes

locais, incomodados com a presença dos menores.

O acontecimento, além disso, se deu em um local com fortes representações na cidade do Rio de Janeiro. A Candelária é a igreja-símbolo do catolicismo carioca, impregnada de sentidos prévios ligados à história religiosa da cidade e do país. Em relação à Candelária, existem diversos enquadramentos de memória possíveis a partir não só da sua imagem como catedral e monumento histórico, mas como palco de episódios importantes da vida política e social brasileira. Foi lá, por exemplo, que ocorreu a missa de sétimo dia do estudante Edson Luiz, assassinado numa manifestação em 1968, assim como o comício pelas Diretas Já!, em 1984, entre diversas outras manifestações políticas. Estes episódios são parte da história da igreja, constantemente lembrados nas narrativas jornalísticas.

A Candelária, monumento construído no século XVIII com revestimento interior em mármore, fachada em cantaria e com portas trabalhadas em bronze, vira um lugar de memória não apenas por ser um patrimônio arquitetônico ou um cartão postal importante da cidade, mas também por se transformar em um marco histórico e jornalístico da repressão política, das reivindicações democráticas e da questão da violência urbana e dos direitos humanos. É interessante perceber que os sentidos atribuídos pela imprensa a “chacina da Candelária” também estão relacionados aos sentidos atribuídos a outros fatos ocorridos na mesma época. Nesse sentido, não se pode esquecer que o crime ocorreu em julho de 1993, nove meses depois de um outro acontecimento, o “massacre do Carandiru”, que, pelas questões da violência e dos direitos humanos, costuma lhe ser associado (PEREIRA, 2020).

Da mesma maneira que ambos os fatos seriam associados a um outro, ocorrido apenas um mês após o da Candelária, a “chacina de Vigário Geral”. Os três fatos, ocorridos entre 1992 e 1993, voltaram os olhos do mundo para o Brasil, chamando atenção para a falta de segurança, despreparo policial e abuso de poder (FERRAZ, 2008). Apesar de as vítimas transitarem todas no espaço do que se costuma chamar de “marginalidade”, o tom de denúncia ganhou lugar nas narrativas da imprensa sobre esses fatos, muitas vezes invertendo a máxima comum de que “bandido bom é bandido morto”.

3.1.3 A Campanha da Fraternidade de 1987: a mobilização em prol da infância pobre e abandonada

Na década de 1980, iniciava-se o processo de redemocratização. Um novo código de menores também marcou o período. Segundo Nicodemos (2020), nascia, em 1985, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; à época, concluía-se a nova Constituição

em 1988; no ano anterior (1987) a Campanha da Fraternidade, que teve como tema “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”, foi foco central de análise desta narrativa histórica. A problemática partiu da ideia de que a Igreja Católica contribuiu para dinamizar a discussão do chamado problema do menor por vários meios; no entanto, foi a partir desta campanha que a temática ganhou amplitude, capaz de atingir grupos populacionais anteriormente não alcançados.

É impossível deixar de mencionar que este cenário foi, também, marcado por uma efervescência de movimentos sociais que, oriundos de diversas matizes ideológicas, colocaram em pauta direitos políticos, civis e sociais. O Brasil vivenciou, nesse período, experiências que mudaram profundamente a ordem política, econômica e social. Convém observar que foi, em relação à questão da infância, marcado por importantes e decisivas conquistas, além do surgimento de grupos e entidades em prol da infância brasileira. Assim, a infância pobre e abandonada, até então invisibilizada, quando nas ruas, tornou-se tema de discussão e reflexão. A ideia de que as crianças e dos adolescentes eram sujeitos de direitos passou a ser defendida, diferente de outros discursos circulantes nos primeiros anos da década de 1980 que concebiam crianças e adolescentes como objetos de controle, disciplinamento e repressão social.

A Igreja Católica contribuiu para dinamizar a discussão do chamado problema do minori por vários meios; no entanto, foi a partir da Campanha da Fraternidade que a temática ganhou amplitude. A Campanha de 1987 levou a discussão às comunidades, aos grupos de famílias, deu espaço, garantiu o fôlego e fez novos adeptos. A campanha queria problematizar a maneira como a sociedade olhava para o público infantojuvenil que vivia nas ruas, queria retirar o estigma de menor, afinal, não se podia mais aceitar o problema do menor como sendo de segurança, com respostas policiais e repressivas. O menor deveria deixar de ser visto como ameaça à tranquilidade social, passando a ser tratado como pessoa, como cidadão.

A Campanha da Fraternidade de 1987, nasceu na seguinte conjuntura. Primeiramente ela estava associada com a tríade ver-julgar-agir, nova fundamentação da Igreja Católica, que, pautado nas pastorais e nas comunidades de base, consistia em observar criticamente os problemas do cotidiano, analisar e, por fim, agir com o objetivo de promover as mudanças necessárias. E também tem por base a premissa de que a Igreja seguia as diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, nesse período, tinha como presidente um adepto da Teologia da Libertação, Dom Luciano Mendes de Almeida. Foi assim que os menores se tornaram tema da Campanha da Fraternidade de 1987: uma junção entre as novas ações e representações da Igreja Católica com a realidade nacional de milhares

de crianças pelas ruas de nosso país. A campanha de 1987 fez com que a temática do menor ganhasse maior amplitude. No entanto, há uma parcela populacional que somente a Campanha da Fraternidade, por meio das comunidades e grupos de famílias, conseguiu alcançar. Ainda é importante informar que a Campanha da Fraternidade inaugurava um novo olhar para com os considerados menores, os apresentavam como fruto de uma realidade injusta, como resultado de uma grande desigualdade social.

3.1.4 O contexto atual da infância no Brasil

O Brasil possui uma população de 210,1 milhões de pessoas, dos quais 53.759.457 têm menos de 18 anos de idade (UNICEF, 2018). Mais da metade de todas as crianças e adolescentes brasileiros são afrodescendentes e um terço dos cerca de 820 mil indígenas do País é criança.

Nas últimas décadas, o Brasil reduziu significativamente a taxa de desnutrição crônica entre menores de 5 anos (de 19,6% em 1990 para 7% em 2006), atingindo, antes do prazo, a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Entretanto, a desnutrição crônica ainda é um problema em grupos mais vulneráveis, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

Entre 1990 e 2018, a taxa de mortalidade infantil caiu de 47,1 para 13,1 mortes para cada 1.000 nascidos vivos, de acordo com o Ministério da Saúde. Em 2016, pela primeira vez em 26 anos, as taxas de mortalidade infantil e na infância cresceram, voltando a cair nos anos posteriores. No entanto, desde 2015, as coberturas vacinais, que vinham se mantendo em patamares de excelência, entraram em uma tendência de queda. De 2015 a 2019, a cobertura vacinal da poliomielite caiu de 98,29% para 79,42%, e a da tríplice viral, de 96,07% para 91,57%, de acordo com o Programa Nacional de Imunização – PNI. (SATO, 2015).

De 1990 a 2019, o percentual de crianças com idade escolar obrigatória fora da escola caiu de 19,6% para 3,7% (PNAD 2019). No entanto, mesmo com tantos avanços, em 2019, 1,5 milhão de meninos e meninas ainda estavam fora da escola (DOS SANTOS & COSTA, 2019). E essa exclusão escolar tem rosto e endereço: quem está fora da escola são os pobres, negros, indígenas e quilombolas. Uma parcela tem algum tipo de deficiência. E grande parte vive nas periferias dos grandes centros urbanos, no Semiárido, na Amazônia e na zona rural. Muitos deixam a escola para trabalhar e contribuir com a renda familiar.

Apesar de avanços, apresentando um dado lamentável e alarmante, divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2021), 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa, o número se refere ao primeiro semestre de

2021. O total de denúncias registrado pelo Disque 100 no período foi de 50,1 mil.

Ainda segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2021), a violência contra crianças e adolescentes atingiu o número de 50.098 denúncias no primeiro semestre de 2021. Desse total, 40.822 (81%) ocorreram dentro da casa da vítima. Os dados são do Disque 100, um dos canais da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (ONDH/MMFDH). No mesmo período em 2020, o número de denúncias chegou a 53.533.

Mais de 93% das denúncias (30.570) são contra a integridade física ou psíquica da vítima. Os registros da Ouvidoria contaram 7.051 restrições de algum tipo de liberdade ou direito individual da criança e do adolescente. 3.355 vítimas também tiveram direitos sociais básicos, como proteção e alimentação, retirados. Um dos dados mais preocupantes é a frequência das violações registradas. Mais de 70% ocorriam todos os dias, como indica 23.147 denúncias e, do total do primeiro semestre, 10.365 ocorriam a mais de um ano antes do registro na Ouvidoria, segundo nota divulgada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2021).

Para o UNICEF, a face mais trágica das violações de direitos que afetam meninos e meninas no Brasil são os homicídios de adolescentes: a cada hora, alguém entre 10 e 19 anos de idade é assassinado no País (UNICEF, 2018), quase todos meninos, negros, moradores de favelas.

O Brasil tem uma das legislações mais avançadas do mundo no que diz respeito à proteção da infância e da adolescência. No entanto, é necessário adotar políticas públicas capazes de combater e superar as desigualdades geográficas, sociais e étnicas do País e celebrar a riqueza de sua diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A marginalização cria rótulos sociais, e estes não só estreitam o olhar de quem as cria e as partilha como também obscurecem a visão das suas vítimas. Ao longo deste livro foi possível observar como Jorge Amado edificou seus personagens para compartilhar com o público esse sentimento gerado nas vítimas do abandono social. Hábitos, aspirações, temores, origens, levam o leitor a uma imersão no cosmo dessas crianças, no mundo real. Quando essa imersão é alcançada, é feito um convite para desenvolver uma forte empatia pelos capitães da Areia e por todas as crianças e jovens em situações semelhantes. O autor mesmo expõe o comportamento problemático de alguns personagens, contrapõe, dentro da narrativa, suas possíveis causas, não os transformando em vilões, mas simplesmente em pessoas.

Os integrantes do grupo Capitães da Areia apresentam em comum, além da situação de miserabilidade, o período da vida em que estão. Todos eles estão nos primeiros anos de vida, que são compreendidos como os períodos da infância e da adolescência. Essa fase é essencial para a formação da personalidade, pois é nesse estágio que se inicia a construção do modo como o indivíduo compreende o mundo e do entendimento do que é comportamento adequado. Embora a história dos Capitães da Areia se limite quase inteiramente a cidade de Salvador, capital baiana, o estilo de vida das crianças e jovens desse célebre romance, era, e ainda é, um retrato bastante fiel da realidade de boa parte dos que se encontram em situação de rua em todo Brasil.

A empatia de Jorge Amado com os meninos fez com que eles superassem as injustiças sociais e conquistarem o horizonte dado como “perdido” pelo fato da sociedade não esperar nenhum futuro promissor para eles por serem considerados criminosos. Mesmo observando um futuro previsto negativo, alguns dos meninos dão uma revirada no destino e fazem o que a sociedade não esperavam deles. Sendo deixados à própria sorte e submetidos a subalternidade, ou seja, foram excluídos social, econômica e politicamente. Com isto, nossa hipótese foi confirmada, porque os meninos foram excluídos social, econômica e politicamente, sendo oprimidos pelo mundo dos dominados.

Jorge Amado conseguiu através do romance destacar os problemas sociais daquela época sendo um deles a desigualdade social, que é refletido ainda hoje na sociedade brasileira. Os atos infracionais impostos às personagens na obra é refletida mediante o descaso do estado com os menores abandonados, que conseqüentemente, cometem crimes para sobreviver. Assim, deixaram de viver sua infância para desde cedo agir como homens.

A similaridade da vida entre aquelas crianças e jovens moradores de rua deu origem

aos Capitães da Areia, que construíram, além de uma relação de amizade e respeito mútuo, um “código” de ética próprio. Aqueles que desrespeitavam esse “código”, eram expulsos do grupo. Era estabelecida uma obediência com vistas a atender às necessidades coletivas dos integrantes, sem que fosse considerado os 26 padrões morais que vigoravam para o resto da sociedade. Caso um integrante viesse a furtar outro integrante, por exemplo, era considerada uma grave falta, e levava à expulsão do primeiro, considerado um traidor. Contudo, um dos meios de obterem comida e dinheiro era a organização de furtos e roubos. Embora isso pareça contraditório, é necessário que se analise a situação com um olhar mais metuculoso, considerando que essas “crianças ladronas”, na verdade, não possuíam outros meios efetivos de saciarem a sua fome, seja ela física ou social. Eles criaram, mesmo que de forma tácita, um código moral próprio, uma subcultura própria, pois essa era a forma encontrada para suprir as privações a que eram submetidos.

A literatura, quando empenhada em descortinar a realidade, serve de auxílio para trazer novos horizontes ao mundo jurídico. Nela, encontram-se diluídas teorias verdadeiramente preocupadas em compreender o fenômeno social, que se aproximam com mais facilidade de soluções do que aquelas que têm por pressuposto o direito como um fim em si mesmo. O texto literário, que é uma manifestação de um universo simbólico, gera um grande espaço para se pensar e repensar sobre a construção normativa e se questionar sobre os porquês da não efetivação da justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA JUNIOR, B. **Camões – épica e lírica**. São Paulo: Scipione, 1993.

AGUILAR FILHO, Sidney. **Educação, autoritarismo e eugenia**: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). Tese de Doutorado. [sn]. 2011.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A arte de inventar o passado**. São Paulo, 2006.

AMADO, Jorge. **Capitães da areia**. Editora Companhia das Letras, 2008.

As crianças sequestradas e adotadas ilegalmente por militares durante a ditadura brasileira. Por BBC News, em 21/03/2019. Globo Comunicação e Participações S.A. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/21/as-criancas-sequestradas-e-adotadas-ilegalmente-por-militares-durante-a-ditadura-brasileira.ghtml>. Acesso em: 25/04/2023.

BARROS, Bibiana La-Rocca; BENITEZ, Luiz Braulio Farias. A Proteção da Criança e do Adolescente: Os limites da suspensão e a perda do poder-dever familiar. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, 1º Trimestre de 2014.

BOTO, C. **O desencantamento da criança**: entre a renascença e o século das luzes. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_crianca_adolescente_3ed.pdf. Acesso em 20/03/2023.

CANDIDO, Antonio et al. Literatura e subdesenvolvimento. **A educação pela noite e outros ensaios**, v. 2, p. 140-162, 1989.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 11 Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CANDIDO, Antonio. O direito à Literatura. In. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

Chacina na Candelária. Jornal “O Globo”. Por Memória Globo, em 28/10/2021. Globo Comunicação e Participações S.A. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/chacina-na-candelaria/noticia/chacina-na-candelaria.ghtml>. Acesso em: 25/04/2023.

CNBB. **Campanha da Fraternidade de 1987**: Quem acolhe o menor, a mim acolhe. Diocese de Tubarão: Gráfica Dehon, 1987.

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva. Assembleia Legislativa do

Estado de São Paulo – ALESP, 2014. Disponível em:
<https://al.sp.gov.br/comissoes/comissao-da-verdade/>. Acesso em 20/03/2023.

Comissão Nacional da Verdade. Lei nº 12.528/2011. Brasília: CNV, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em 10/02/2023.

DIANA, Marta. **Mujeres Guerrilleras: Sus Testimonios en la militancia de los setenta**, Editora Booket, Buenos Aires, 2007.

DOS SANTOS, Isabela Almeida; COSTA, Lorena Vieira. **O Trabalho Infantil e Domicílios Chefiados por Mulheres: Aplicação de um Modelo Logit a partir de Microdados da PNAD 2019.**

Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos (1964-1985), Imprensa Oficial: São Paulo, 2009.

ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Assistência ao Menor: Brasília, 1990.

FERRAZ, Joana D.'Arc Fernandes. Do “Mal Necessário” à “Metáfora Bélica”: a lógica dual do Estado Autoritário. **Revista Maracanan**, v. 4, n. 4, 2008.

FRANCA, Belisario et al. **MENINO 23 - infâncias perdidas no Brasil.** Documentário. Cor, 1h20min. Ed. Yan Motta, 2016.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas.** 9. ed. São Paulo: Àtica, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 797-818, 2006.

KUHLMANN JUNIOR, M. Infância. história e educação. **Infância e educação: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 2007.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 125, 2005.

LOPES, Geraldo. **O massacre da Candelária.** Scritta, 1994.

MALTA, Silvia Barreto Brito. **Violência na família: uma matriz da violência na sociedade.** 2002.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Aniversário do ECA.** Gov.com, publicado em 14/07/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa>. Acesso em 05/03/2023.

NICODEMOS, Alessandra. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: aspectos históricos e conceituais na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 12, n. 24, 2020.

OLIVEIRA, Ana Guerra Ribeiro de. **Pena, Papel e Grilhões**: O sinuoso caminho até a aprovação da lei do ventre livre. 2016.

PEREIRA, Bruno César. O massacre do Carandiru. **Revista Discente Ofícios de Clio**, v. 5, n. 8, 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª Edição. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSA, Susel Oliveira. **Mulheres**: Ditaduras e Memórias. Editora Intermeios: São Paulo, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de pesquisa**, v. 40, 2010.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. **As cores da revolução: a literatura de Jorge Amado nos anos 30**. Annablume, 2009.

SATO, Ana Paula Sayuri. Programa Nacional de Imunização: Sistema Informatizado como opção a novos desafios. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: companhia das Letras, 1993.

SILVA, A. C. R. de. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação & Sociedade**, v. 22, p. 166-193, 2002.

TEPEDINO, Gustavo. Cidadania e direitos da personalidade. **Cadernos da Escola de Direito**, n. 1, 2002.

TESCARI, Adriana Sader. **Violência Sexual contra a Mulher em Situação de Conflito Armado**. Editora Sergio Antonio Fabris Editor: Porto Alegre, 2005.

UNICEF. **Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 25/04/2023.

VEIGA, Cynthia Greive et al. As crianças na história da educação. **Educar na infância:** perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, v. 2, p. 170, 2010.